

www.pwc.com.br

***Companhia Hidro
Elétrica do São
Francisco - Eletrobras
Chesf***

***Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

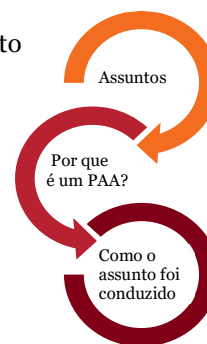
Chamamos a atenção para a Nota 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base da elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Eletrobras Chesf

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível (Notas 14 e 15) e dos investimentos (Nota 13)

O ativo imobilizado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica, enquanto o intangível é composto, substancialmente, por direitos de exploração, para os quais uma perda por redução aos valores recuperáveis pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Companhia realiza a avaliação de valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor em uso e seu valor justo líquido de despesa de venda, mensurado com base em projeções de fluxo de caixa descontados.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base nas melhores estimativas da

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado, do intangível e dos investimentos da Companhia mensuradas pelo método de equivalência patrimonial.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, receitas e despesas projetadas, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções. Com o apoio dos nossos especialistas em projeções financeiras, avaliamos a razoabilidade das taxas de desconto e dos modelos de fluxo de caixa descontados.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados reais auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos a leitura das divulgações em notas



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Eletrobras Chesf

Porque é um PAA

administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, coligadas e controlas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais de mercado, receitas e despesas projetadas e a determinação das UGCs.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados, intangíveis e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade, que utilizam diferentes premissas que poderiam modificar significativamente os valores recuperáveis apurados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

explicativas e concluímos que estão consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 24)

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza cível e tributária, entre outros, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, conseqüentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Devido às complexidades e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis e a seus possíveis impactos materiais nas demonstrações contábeis regulatórias, consideramos essa como uma área de foco na

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento, a avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento.

Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia, para obtenção dos dados relacionados a à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Por fim, efetuamos a leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Eletrobras Chesf

Porque é um PAA

nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Apresentação das demonstrações financeiras societárias

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), sobre qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, sem ressalvas, com data de 24 de março de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,



Companhia Hidro Elétrica do São
Francisco – Eletrobras Chesf

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas em conjunto como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Companhia Hidro Elétrica do São
Francisco – Eletrobras Chesf

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 30 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by:
Helena de Petribu Fraga Rocha
Signed By: Helena de Petribu Fraga Rocha 00912169400
CPF: 00912169400
Signing Time: 30 de abril de 2025 | 22:00 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC SyngularID Multiple
ICP
Digital

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias do
exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)**



Demonstrações contábeis regulatórias	Error! Bookmark not defined.
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL	9
NOTA 2 - DESTAQUES DE 2024.....	9
NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	9
NOTA 4 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	5
NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS.....	7
NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	8
NOTA 7 - CAIXA RESTRITO.....	8
NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	9
NOTA 9 - CLIENTES	9
NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10
NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	11
NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	12
NOTA 13 - INVESTIMENTOS	13
NOTA 14 - IMOBILIZADO	15
NOTA 15 - INTANGÍVEL.....	19
NOTA 16 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO	20
NOTA 17 - FORNECEDORES.....	21
NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	22
NOTA 19 - ENCARGOS SETORIAIS.....	24
NOTA 20 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	25
NOTA 21 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	25
NOTA 22 - CONTRATOS ONEROSOS	27
NOTA 23 - BENEFÍCIO AOS EMPREGADOS.....	27
NOTA 24 - PROVIS ES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES	32
NOTA 25 - OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021.....	35
NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
NOTA 27 - RESULTADO POR AÇÃO.....	38
NOTA 28 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	39
NOTA 29 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	39
NOTA 30 - PESSOAL E ADMINISTRADORES	41
NOTA 31 - RESULTADO FINANCEIRO	41
NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS	42
NOTA 33 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	43
NOTA 34 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	48
NOTA 35 - NOTAS DE CONCILIAÇÃO.....	49
NOTA 36 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	54

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.316.829	1.027.866
Caixa restrito		31.968	-
Títulos e valores mobiliários	8	1.435.575	252.052
Clientes	9	1.270.175	1.263.702
Remuneração de participações societárias		42.531	34.278
Impostos e Contribuições	10	401.788	129.178
Serviço em curso		447.729	351.094
Cauções e depósitos vinculados		—	52.069
Almoxarifado		139.267	131.882
Instrumentos financeiros derivativos	30	224	—
Outros		640.099	728.886
		10.726.185	4.482.040
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Caixa restrito	7	925.132	691.849
Títulos e valores mobiliários	7	1.259	242
Impostos e Contribuições		233.684	224.828
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	638.901	1.028.203
Cauções e depósitos vinculados		484.770	622.684
Instrumentos financeiros derivativos	30	142.788	—
Outros		424.764	24.313
		2.851.298	2.592.119
INVESTIMENTOS			
Avaliados por equivalência patrimonial	13	4.720.399	4.768.339
Mantidos a valor justo		17.111	16.882
		4.737.510	4.785.221
IMOBILIZADO	14	17.063.729	14.882.658
INTANGÍVEL	15	29.153.078	29.533.664
		53.805.615	51.793.662
TOTAL DO ATIVO		64.531.800	56.275.702

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2024	2023
CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	506.515	177.582
Fornecedores	17	622.980	647.137
Impostos e Contribuições	10	172.580	145.822
Remuneração aos acionistas	20	686.535	373.789
Obrigações com pessoal		291.374	428.191
Benefício pós-emprego	22	277.276	270.871
Encargos setoriais	19	268.509	179.782
Obrigações da Lei 14.182/2021		1.201.814	886.940
Instrumentos financeiros derivativos	30	343.924	—
Outros		102.191	48.414
		4.473.698	3.158.528
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	8.036.470	2.870.373
Provisões para litígios	23	3.251.127	3.415.279
Benefício pós-emprego	22	2.630.486	3.642.214
Obrigações da Lei 14.182/2021		16.251.707	15.514.791
Contratos onerosos	22	334.683	484.445
Encargos setoriais	19	138.059	228.611
Obrigações vinculadas a concessão	21	473.528	466.931
Outros		67.482	66.734
		31.183.542	26.689.378
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	19.370.176	19.370.176
Reservas de capital e Instrumentos Patrimoniais Outorgados		4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros		3.803.413	3.021.974
Outros resultados abrangentes acumulados		784.772	(880.553)
Participação de acionistas controladores		28.874.560	26.427.796
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.874.560	26.427.796
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.531.800	56.275.702

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	NOTA	2024	2023
RECEITA/INGRESSO		9.939.214	10.154.088
Fornecimento de energia elétrica		329.981	875.082
Suprimento de energia elétrica		2.516.848	3.237.170
Energia elétrica de curto prazo		1.050.292	328.535
Disponibilização do sistema de transmissão		6.042.093	5.713.301
TRIBUTOS		(961.096)	(1.067.179)
ICMS		—	(154.518)
PIS/PASEP		(54.330)	(162.636)
Cofins		(905.653)	(749.129)
ISS		(1.113)	(896)
ENCARGOS		(598.708)	(631.214)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(83.057)	(83.878)
Reserva global de reversão - RGR		(34.339)	(36.338)
Conta desenvolvimento energético - CDE		(149.404)	(160.748)
Programa de incentivo fontes alternativa E.E. - PROINFA		(71.197)	(80.804)
Compensação Finan. pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(199.239)	(210.518)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(61.473)	(58.928)
RECEITA LÍQUIDA/INGRESSO LÍQUIDO	28	8.379.410	8.455.695
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	29	(1.469.831)	(1.321.605)
Energia elétrica comprada para revenda		(284.170)	(244.526)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.185.661)	(1.077.079)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		6.909.578	7.134.090
CUSTOS GERENCIÁVEIS	29	(2.211.386)	(2.489.382)
Pessoal e administradores		(1.099.557)	(1.190.573)
Material		(42.702)	(43.479)
Serviço de terceiros		(430.065)	(367.620)
Arrendamento e alugueis		(6.068)	(9.742)
Seguros		(14.640)	(16.812)
Doações, contribuições e subvenções		(29.745)	(32.878)
Provisões		486.392	149.105
(-) Recuperação de despesas		(4.945)	12.169
Tributos		(19.209)	(15.071)
Depreciação e amortização		(1.009.056)	(775.967)
Gastos Diversos		(116.422)	(259.276)
Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas		74.631	60.762
RESULTADO DA ATIVIDADE		4.698.192	4.644.708
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(14.664)	45.274
RESULTADO FINANCEIRO	30	(2.860.715)	(1.870.375)
Receitas financeiras		877.455	367.938
Despesas financeiras		(3.738.170)	(2.238.313)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		1.822.813	2.819.607
IRPJ e CSSL- Corrente		(129.656)	—
IRPJ e CSSL- Diferido		(225.444)	(46.290)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.467.713	2.773.317
Resultado por ação - básico e diluído (ON)	27	26,25	49,61

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.467.713	2.773.317
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Reavaliação de ativos - RBSE	842.321	(193.192)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	970.985	(138.686)
IR / CSLL diferidos	(148.075)	21.149
	1.665.231	(310.729)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	224	—
	224	—
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	1.665.455	(310.729)
Total do resultado abrangente do exercício	3.133.168	2.462.588
Parcela atribuída aos controladores	3.133.168	2.462.588

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESPECIAL	INCENTIVOS FISCAIS			
Em 31 de dezembro de 2023	19.370.176	4.916.199	821.760	978.660	1.221.554	—	(880.553)	26.427.796
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	—	—	—	—	—	—	224	224
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	(148.075)	(148.075)
Ajustes Benefício pós-emprego	—	—	—	—	—	—	970.985	970.985
Reavaliação de ativos - RBSE	—	—	—	—	—	—	842.321	842.321
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.467.713	—	1.467.713
Transações com acionistas:								
Constituições de reservas	—	—	144.479	—	25.031	(2.228.333)	—	(2.058.823)
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	—	—	(686.274)	—	(686.274)
Outros resultados regulatórios	—	—	—	611.929	—	1.446.894	(130)	2.058.693
Em 31 de dezembro de 2024	19.370.176	4.916.199	966.239	1.590.589	1.246.585	—	784.772	28.874.560

NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	LUCROS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESPECIAL	INCENTIVOS FISCAIS				
Em 31 de dezembro de 2022	9.753.953	4.916.199	743.124	—	1.020.521	695.808	(1.069.070)	(569.824)	15.490.711
Ajustes Benefício pós-emprego	—	—	—	—	—	—	—	(117.537)	(117.537)
Reavaliação de ativos - RBSE	—	—	—	—	—	—	—	(193.192)	(193.192)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	2.773.317	—	2.773.317
Transações com acionistas:									
Ações em Tesouraria - Ações emitidas	—	—	—	(96.395)	—	—	—	—	(96.395)
Aumento de Capital - Incorporação de ações	9.616.223	—	—	—	—	—	—	—	9.616.223
Constituições de reservas	—	—	78.638	1.075.053	201.033	—	(1.330.718)	—	24.006
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	—	—	—	—	—	—	(373.529)	—	(373.529)
JCP adicional proposto	—	—	—	—	—	(695.808)	—	—	(695.808)
Em 31 de dezembro de 2023	19.370.176	4.916.199	821.762	978.658	1.221.554	—	—	(880.553)	26.427.796

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.822.813	2.819.607
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	1.009.056	775.967
Variações cambiais e monetárias líquidas	1.307.139	557.934
Encargos financeiros	1.021.381	1.327.219
Resultado da equivalência patrimonial	14.664	(45.274)
Provisões operacionais	(486.392)	(75.616)
Resultado da dívida protegida (hedge) e derivativos	350.396	—
Outras	139.456	78.088
	3.355.700	2.618.318
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		
Clientes	(112.945)	(284.221)
Outros	304.653	(68.995)
	191.708	(353.216)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(24.157)	24.752
Obrigações com pessoal	(259.406)	(34.640)
Encargos setoriais	(24.621)	(160.540)
Outros	167.103	147.337
	(141.081)	(23.091)
Pagamento de encargos financeiros	(749.256)	(246.127)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	104.898	122.894
Pagamento de litígios	(352.653)	(143.749)
Cauções e depósitos vinculados	(2.106)	5.575
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(15.663)	(115.445)
Incentivo ao desligamento	—	(120.404)
Pagamento de previdência complementar	(314.970)	(339.910)
	3.899.390	4.224.452
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.899.390	4.224.452
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas	7.835.164	19.294
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures - principal	(2.282.612)	(175.294)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(373.528)	(1.287.594)
Pagamento de obrigações com CDE e revitalização de bacias - principal	(810.312)	(584.060)
Pagamento de arrendamentos - principal	(248)	—
Outros	—	(96.395)
	4.368.464	(2.124.049)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) das atividades de financiamento	4.368.464	(2.124.049)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.780.233)	(1.891.729)
Aquisição de ativo intangível	(56.509)	(54.981)
Caixa restrito	(137.561)	—
Resgates / (aplicações) financeiras (TVM)	(603.088)	—
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(401.501)	—
	(2.978.892)	(1.946.710)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimento	(2.978.892)	(1.946.710)
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	5.288.962	153.693
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.027.866	874.173
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.316.828	1.027.866
	5.288.962	153.693

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Eletrobras Chesf (“Companhia” ou “Chesf”), com sede em Recife (PE), é uma empresa de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras.

A Companhia foi constituída pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. O objeto social atual incluiu a realização de estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, comercialização de energia, inclusive a comercialização varejista, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 30 de abril de 2025.

NOTA 2 - DESTAQUES DE 2024

2.1 Revisão Tarifária Periódica e RAP 2024-2025

Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia, resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 2.915.747, na rubrica de Remensurações Regulatórias.

2.2 Emissão de Debêntures

A Companhia concluiu, no ano de 2024, operações financeiras que totalizaram, aproximadamente, R\$ 8 bilhões em captação de recursos (maiores informações, nota 18).

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém, diretamente ou por meio de suas controladas em conjunto, concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão, informados abaixo:

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2022	Complexo de Paulo Afonso (Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolonio Sales)	4.280	BA	2052
001/2010	Belo Monte	2.752	PA	2045
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE	2052
001/2022	Sobradinho	1.050	BA	2052
001/2022	Boa Esperança (Castelo Branco)	237	PI	2052
010/2000	Manso	42	MT	2037

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2022	Funil	30,00	BA	2052
001/2022	Pedra	20,01	BA	2052
006/2004	Curemas	3,52	PB	2026

Contrato	Parque Eolicos (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
220/2014	Casa Nova II	32,90	BA	2049
225/2014	Casa Nova III	28,20	BA	2049
Resolução autorizativa nº 7.907/19	Casa Nova I A	27,00	BA	2054
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Acauã	6,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Angical 2	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Arapapá	4,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Caititu 2	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Caititu 3	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Carcará	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Corrupião 3	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí I - Teiú 2	8,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí II - Coqueirinho 2	16,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí II - Papagaio	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindaí III - Tamanduá Mirim 2	16,00	BA	2049
388/2012	Caiçara I	13,23	RN	2047
418/2012	Caiçara II	8,82	RN	2047
399/2012	Junco I	11,76	RN	2047
417/2012	Junco II	11,76	RN	2047

Contrato	Índice de reajuste	Nº de subestações	Km*	RAP do ciclo 2024/2025	Início da vigência	Final da vigência
061/2001	IPCA	112	19.236	4.730.821	2013	2043
007/2005	IGPM	2	208	30.881	2005	2035
008/2005	IGPM	2	120	8.266	2005	2035
010/2007	IPCA	2	95	22.377	2007	2037
012/2007	IPCA	4	316	17.415	2007	2037
005/2008	IPCA	3	110	6.955	2008	2038
014/2008	IPCA	2	145	11.878	2008	2038
006/2009	IPCA	3	49	33.014	2009	2039
017/2009	IPCA	5	96	44.506	2009	2039
018/2009	IPCA	2	145	11.082	2009	2039
004/2010	IPCA	4	34	51.547	2010	2040
007/2010	IPCA	1	—	16.089	2010	2040
013/2010	IPCA	1	—	15.825	2010	2040
014/2010	IPCA	1	—	9.155	2010	2040
019/2010	IPCA	7	321	31.926	2010	2040
020/2010	IPCA	2	115	13.984	2010	2040
021/2010	IPCA	2	91	11.392	2010	2040
008/2011	IPCA	5	286	93.599	2011	2041
009/2011	IPCA	2	64	12.606	2011	2041
010/2011	IPCA	3	65	20.147	2011	2041
017/2011	IPCA	2	46	18.525	2011	2041
005/2012	IPCA	4	42	29.112	2012	2042
017/2012	IPCA	2	—	16.751	2012	2042
018/2012	IPCA	6	208	21.781	2012	2042
019/2012	IPCA	3	60	63.845	2012	2042
Total		182	21.852	5.343.481		

NOTA 4 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, reestruturado e aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 933, de 28 de maio de 2021.

Para fins societários, há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar, necessariamente, uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na nota explicativa nº 35, para melhor entendimento do leitor,

conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias, conforme elucidações prestadas pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Aneel, não possuem a obrigatoriedade de preparação das práticas de consolidação de controladas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração.

4.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e os ativos mantidos para a venda que são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

4.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

4.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis regulatórias individuais, as participações no capital social da controlada, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio.

Quando necessário, as demonstrações contábeis regulatórias, são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

A controlada, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis resultantes de sua participação na investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre ela.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas com a controlada da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

	2024	2023
	Participação %	Participação %
	Direta	Direta
Controladas		
Nova Era Solar Einki S.A.	100	—

Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 Reclassificações

Após a apresentação das demonstrações contábeis de 2023, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado do exercício os itens identificados no quadro abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL	2023		2023
	Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado (i)	3.445.880	(92.505)	3.353.375
	3.445.880	(92.505)	3.353.375
PASSIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Outros passivos (i)	(470.611)	92.505	(378.106)
	(470.611)	92.505	(378.106)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2023		2023
	Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
DESPESAS OPERACIONAIS			
Outras despesas (ii)	(228.272)	243.091	14.819
	(1.238.574)		(995.482)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.621.749		1.864.841
Outras receitas e despesas (ii)	245.831	(243.091)	2.740
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	1.942.461		1.942.461

(i) Reclassificação realizada entre outros passivos circulantes e imobilizado para refletir a adequada alocação das obrigações especiais em convergência com as normas societárias aplicáveis;

(ii) Reclassificação para adequada alocação do ganho sobre a alienação da investida Energia Águas da Pedra S.A.

NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que

sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de sua controlada, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
9	Clientes	Avaliação de perda esperada de créditos
12	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
14.1/17/22	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia
23	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego
24	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais
32.3.3	Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo do instrumento financeiro derivativo

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	2024	2023
Caixa e Bancos	1.086	5.635
Aplicações Financeiras	6.315.743	1.022.231
	6.316.829	1.027.866

As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo CDI. A variação de aplicações financeiras refere-se, substancialmente, aos recursos captados durante o exercício de 2024 (maiores informações, nota 18).

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 7 - CAIXA RESTRITO

	2024	2023
Ativo Circulante		
Reserva de empréstimos e financiamentos	31.968	—
	31.968	—
Ativo não circulante		
Fundo de Energia do Nordeste	829.410	691.849
Reserva de empréstimos e financiamentos	95.722	—
	925.132	691.849
	957.100	691.849

Fundo de Energia do Nordeste - FEN

Conforme a Lei nº 13.182/2015, o fundo setorial destina-se a prover recursos para empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil. Os recursos são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores e o custo de geração da energia. A Companhia pode participar com até 49% do capital próprio das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que implantam esses empreendimentos.

Reserva de Empréstimos e Financiamentos

Referem-se a montantes previstos nos contratos de financiamentos destinados a garantir o direito de recebimento das parcelas à vencer, nos casos de inadimplimento, até o final da amortização dos contratos.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

	2024	2023
Circulante		
Fundo Exclusivo - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	183.233	109.548
Operações Compromissadas	990.137	133.567
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	253.053	—
Títulos da dívida agrária — TDA	9.152	8.937
	1.435.575	252.052
Não Circulante		
Notas do Tesouro Nacional — NTN - P	253	242
Outros	1.006	—
	1.259	242
	1.436.834	252.294

Prática contábil

São registrados em títulos e valores mobiliários as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6.

A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado.

NOTA 9 - CLIENTES

Contas a receber de clientes	Valores Correntes					Provisão para Devedores Duvidosos	Valores Renegociados Renegociada vencida Mais de 60 dias	Provisão para Devedores Duvidosos	Total	
	Corrente a vencer		Corrente vencida						31.12.2024	31.12.2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias					
Fornecimento de energia	27.834	1.185	3.864	10.730	272.146	(150.888)	15.498	15.498	164.871	265.122
Industrial	27.834	1.185	3.864	10.730	272.146	(150.888)	15.498	(15.498)	164.871	159.528
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.594
Suprimento/Fornecimento de Energia	409.439	248	15	-	4.675	-	-	-	414.377	472.330
Encargos de uso da rede elétrica	457.649	40.019	23.726	50.614	184.885	(325.506)	-	-	431.387	526.250
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	259.540	-	-	-	-	-	-	-	259.540	-
	1.154.462	41.452	27.605	61.344	461.706	(476.394)	15.498	(15.498)	1.270.175	1.263.702

9.1 Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

9.2 Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

9.3 Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

9.4 Perdas de Crédito Esperada – PCE

A movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	385.419	303.351
(+) Constituição	204.403	90.172
(-) Reversão	(97.929)	(8.104)
Saldo em 31 de dezembro	491.893	385.419

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PCE.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, considerando, principalmente, o histórico de inadimplência e provisionando esse percentual nas faturas vencidas.

Para os clientes com saldos renegociados, a Companhia considera, também, outros fatores na avaliação de risco, como a situação patrimonial e eventuais restrições ou apontamentos nas entidades de proteção ao crédito.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	2024	2023
Controladas em conjunto		
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24.848	21.359
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	13.845	12.525
Companhia Energética SINOP S.A.	2.958	—
Vamcruz 1 Participações S.A.	880	394
	42.531	34.278

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de sua controlada, controladas em conjunto e coligadas, vide a nota 14, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023	2024	2023
	Ativo circulante		Passivo circulante	
IRPJ	127.313	—	—	—
CSLL	189.874	—	—	—
IRRF/CSLL	70.784	115.926	4.108	29.995
PIS/COFINS	5.456	4.050	85.865	58.955
INSS/FGTS	—	—	34.380	35.729
ICMS	249	—	31.604	8.045
ISS	3.352	—	12.285	11.971
Outros	4.760	9.202	4.338	1.127
	401.788	129.178	172.580	145.822
	Ativo circulante		Passivo circulante	
PIS/COFINS	233.416	224.559	—	—
ICMS	268	269	—	—
	233.684	224.828	—	—

11.1 Demais assuntos tributários

11.1.1 Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi aprovado o texto final da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/19, que altera a forma da tributação sobre bens e serviços ("Reforma Tributária" ou "Reforma"). A redação final da Lei Complementar nº 214/25, que trouxe as bases da regulamentação da Reforma Tributária, foi sancionada pela Presidência da República em 16 de janeiro de 2025, de forma que ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para a Companhia.

As principais discussões giram em torno dos efeitos da nova sistemática de não-cumulatividade do IBS e da CBS, da redução gradual de incentivos fiscais, da adaptação sistêmica aos novos tributos e suas respectivas obrigações acessórias, do impacto do método de *split payment*, dos impactos em preços de contratos de energia (equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos) e dos impactos na cadeia de fornecimento.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Diferenças tributárias por meio do resultado		
Provisão para litígios	523.373	571.354
Provisões operacionais	173.829	210.761
Perda estimada em créditos b	95.201	78.801
Impairment	56.331	60.719
Ativo contratual	(726.415)	(557.344)
Repactuação do risco hidrológico	(39.132)	(40.616)
Outros	(738)	–
Diferenças tributárias por meio de outros resultados abrangentes		
Créditos tributários s/perdas atuariais	556.452	704.528
	638.901	1.028.203
Créditos diferidos ¹		
Imposto de renda	575.896	684.465
Contribuição social	829.291	985.628
Débitos diferidos		
Imposto de renda	(314.052)	(263.070)
Contribuição social	(452.234)	(378.820)
	638.901	1.028.203

¹ Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de cada entidade, cuja realização esperada por exercício futuro é:

2026	78.510
2027	77.893
2028	77.893
2029	77.893
2030	77.893
Após 2030	248.919
	638.901

12.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado operacional antes dos tributos	1.822.813	2.819.607
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(834.827)	(533.860)
Efeitos de adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	(14.664)	45.274
Incentivos fiscais	25.031	177.028
Impactos do diferimento - incentivos fiscais	696.282	265.764
Demais adições e exclusões permanentes	7.772	(496)
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL das operações	(120.456)	(46.290)
Alíquota efetiva (%) da Operações	6,61	1,64
Tributos não reconhecidos/baixados	(104.988)	–
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL	(225.444)	(46.290)

Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente.

O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins

fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias).

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

movimentação desses ativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

NOTA 13 - INVESTIMENTOS

13.1 Mutações dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	Participação %	Saldo em 2023	Aumento de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Reversão (Constituição) de Perdas estimadas	Saldo em 2024
Controlada							
Nova Era Solar Einki S.A.	99,97	—	1.501	—	—	—	1.501
		—	1.501	—	—	—	1.501
Controladas em conjunto							
STN — Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00	184.843	—	(37.416)	51.690	—	199.117
Jirau Energia S.A.	20,00	1.790.618	—	—	43.736	—	1.834.354
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	398.204	—	(24.848)	80.098	—	453.454
Norte Energia S.A.	15,00	1.590.147	—	—	(251.396)	99.005	1.437.756
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00	353.160	—	(47.444)	45.011	—	350.727
Vamcruz 1 Participações S.A.	49,00	131.600	—	(486)	3.704	—	134.817
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50	319.539	—	(2.957)	12.454	(20.361)	308.673
		4.768.110	—	(113.151)	(14.704)	78.644	4.718.898
Avaliados ao custo							
Outras participações	—	229	—	—	—	—	229
		229	—	—	—	—	229
Outros Investimentos							
	—	16.882	—	—	—	—	16.882
		16.882	—	—	—	—	16.882
		4.785.221	1.501	(113.151)	(14.704)	78.644	4.737.510

Participações societárias e outros investimentos	Participação %	Saldo em 2022	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Reversão (Constituição) de Perdas estimadas	Saldo em 2023
Controladas em conjunto						
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00	180.735	(52.145)	56.254	—	184.844
Jirau Energia S.A.	20,00	1.781.776	—	8.842	—	1.790.618
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	303.942	(33.923)	82.090	46.096	398.205
Norte Energia S.A.	15,00	1.818.955	—	(127.622)	(101.186)	1.590.147
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00	332.021	(16.433)	37.570	—	353.158
Vamcruz 1 Participações S.A.	49,00	130.333	(394)	1.661	—	131.600
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50	263.220	—	(13.521)	69.839	319.538
		4.810.982	(102.895)	45.274	14.749	4.768.110
Avaliadas ao custo						
Outras participações	—	229	—	—	—	229
		229	—	—	—	229
Outros Investimentos						
	—	16.882	—	—	—	16.882
		16.882	—	—	—	16.882
		4.828.093	(102.895)	45.274	14.749	4.785.221

13.2 Perdas estimadas em investimentos

Quando são identificadas evidências objetivas de perdas em investimentos nas coligadas e controladas em conjunto, a Companhia realiza a avaliação do valor recuperável desses investimentos com base no fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, utilizando o maior dos dois.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPE. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 17;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso as taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

	2024	2023
Norte Energia S.A.	2.180	101.186
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	20.361	—
	22.541	101.186

Prática contábil

Nas demonstrações contábeis da controladora, a Companhia avalia seus investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, vide a nota 4.5.

No método de equivalência patrimonial, a participação do investidor no lucro ou prejuízo do exercício da investida é reconhecido no resultado do exercício do investidor, em resultado de equivalência patrimonial.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos. Vide a nota 4.5.

Estimativas e julgamentos críticos

Para fins de teste de recuperabilidade de seus investimentos, a Companhia admite como valor recuperável o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

NOTA 14 - IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões e ativos corporativos.

14.1 Imobilizado segregado por atividade

Composição do imobilizado	Taxa anuais de depreciação médias (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023
Em serviço		54.684.829	(43.106.593)	18.957.839	10.045.592
Geração	2,65%	19.782.871	(12.192.432)	7.590.439	(39.425)
Transmissão	1,34%	40.750.787	(29.818.797)	10.931.990	9.704.547
Administração	3,32%	1.530.774	(1.095.364)	435.410	380.470
Retificadora MP 579		(7.379.603)	—	(7.379.603)	—
Em curso		5.485.493	—	5.485.493	4.837.066
Geração		1.728.721	—	1.728.721	1.553.527
Transmissão		3.273.254	—	3.273.254	2.799.602
Administração		483.518	—	483.518	483.937
Total Imobilizado		60.170.322	(43.106.593)	24.443.332	14.882.658

NOTAS EXPLICATIVAS
 (Em milhares de reais)

14.2 Movimentação do imobilizado

Ativo imobilizado	Valor bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas = (A)+(B)+(C) 31.12.2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
IMOBILIZADO EM SERVIÇO												
Geração	11.817.140	42.802	112.874	430.451	12.403.267	586.127	(12.192.433)	210.836	(39.426)	(155.087)	91.951	(63.136)
Terrenos	1.848.962	—	(131)	—	1.848.831	(131)	(3.950)	1.844.881	1.846.541	(82.076)	30.363	(51.713)
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	18.087.418	295	(2)	100.181	18.187.892	100.474	(6.921.786)	11.266.106	3.982.362	—	—	—
Edificações, Obras civis e benfeitorias	2.010.733	(991)	(107)	136	2.009.771	(962)	(1.597.067)	412.704	447.725	(1.550)	1.283	(268)
Máquinas e equipamentos	5.704.074	43.498	(43.849)	330.134	6.033.857	329.783	(3.671.528)	2.362.329	2.129.281	(71.453)	60.298	(11.155)
Veículos	58	—	—	—	58	—	(60)	—	1	—	—	—
Móveis e utensílios	4.175	—	(2)	—	4.173	(2)	1.958	6.131	6.264	(8)	7	(1)
(-) Retificadora MP 579	(7.379.603)	—	—	—	(7.379.603)	—	—	(7.379.603)	—	—	—	—
(-) Impairment geração	(8.458.677)	—	156.965	—	(8.301.712)	156.965	—	(8.301.712)	(8.451.598)	—	—	—
Transmissão	38.979.263	986.036	212.987	572.501	40.750.787	1.771.524	(29.818.797)	10.931.990	9.704.547	(500.432)	166.052	(334.379)
Terrenos	130.013	27	—	—	130.040	27	—	130.040	130.013	(59)	—	(59)
Edificações, Obras civis e benfeitorias	785.873	17.635	—	19.214	822.722	36.849	(552.778)	269.944	248.913	(19.597)	8.214	(11.382)
Máquinas e equipamentos	38.405.937	968.374	(77.305)	553.287	39.850.293	1.444.356	(29.258.548)	10.591.745	9.676.645	(480.773)	157.836	(322.937)
Veículos	147	—	—	—	147	—	(114)	33	43	—	—	—
Móveis e utensílios	10.148	—	(1.093)	—	9.055	(1.093)	(7.357)	1.698	1.789	(2)	2	0
(-) Impairment transmissão	(352.855)	—	291.385	—	(61.470)	291.385	—	(61.470)	(352.855)	—	—	—
Administração	1.425.008	(387)	(7.048)	113.201	1.530.774	105.766	(1.095.364)	435.410	380.470	(426)	942	516
Terrenos	18.575	—	(3.167)	—	15.408	(3.167)	—	15.408	18.575	—	—	—
Edificações, Obras civis e benfeitorias	306.791	—	(641)	17.692	323.842	17.051	(229.222)	94.620	81.027	—	—	—
Máquinas e equipamentos	766.604	(387)	(97)	19.417	785.537	18.933	(632.844)	152.693	161.208	(156)	555	399
Veículos	130.739	—	(1.989)	9.892	138.642	7.903	(82.120)	56.522	59.253	—	—	—
Móveis e utensílios	202.299	—	(1.154)	66.200	267.345	65.046	(151.178)	116.167	60.407	(271)	387	117
Ativo imobilizado em serviço	52.221.411	1.028.451	318.813	1.116.153	54.684.828	2.463.417	(43.106.594)	11.578.236	10.045.592	(655.945)	258.946	(396.999)

Ativo imobilizado	Valor bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas = (A)+(B)+(C) 31.12.2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
IMOBILIZADO EM CURSO												
Geração	1.553.527	600.048	—	(424.854)	1.728.721	175.194	—	1.728.721	1.553.527	—	—	—
Máquinas e equipamentos	1.522.221	539.537	—	(325.396)	1.736.362	214.141	—	1.736.362	1.522.221	—	—	—
Outros	31.306	60.511	—	(99.458)	(7.641)	(38.947)	—	(7.641)	31.306	—	—	—
Transmissão	2.799.603	1.055.104	—	(581.453)	3.273.254	473.651	—	3.273.254	2.799.602	—	—	—
Máquinas e equipamentos	2.140.030	1.058.710	—	(559.450)	2.639.290	499.260	—	2.639.290	2.140.030	—	—	—
Edificações, Obras civis e benfeitorias	125.980	40.702	—	(16.576)	150.106	24.126	—	150.106	125.980	—	—	—
Outros	533.593	(44.308)	—	(5.427)	483.858	(49.735)	—	483.858	533.593	—	—	—
Administração	483.937	111.174	—	(111.593)	483.518	(419)	—	483.518	483.937	—	—	—
Máquinas e equipamentos	131.382	23.494	—	(72.739)	82.137	(49.245)	—	82.137	131.382	—	—	—
Outros	352.555	87.680	—	(38.854)	401.381	48.826	—	401.381	352.555	—	—	—
Ativo imobilizado em curso	4.837.067	1.766.326	—	(1.117.900)	5.485.493	648.426	—	5.485.493	4.837.066	—	—	—
Total do ativo imobilizado	57.058.478	2.794.777	318.813	(1.747)	60.170.321	3.111.843	(43.106.594)	17.063.729	14.882.658	(655.945)	258.946	(396.999)

As imobilizações em curso, referem-se, substancialmente, à modernização da UHE Sobradinho e do Complexo UHE Paulo Afonso.

14.3 Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação		2024
Imobilizado		
Geração		2,65%
Transmissão		1,34%
Administração		3,32%
Intangível		
Geração		1,53%
Administração		10,09%

14.4 Composição das adições do exercício

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Terrenos	—	—	686	686
Reservatórios, Barragens e Adutoras	39.383	—	—	39.383
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	60.978	—	5.996	66.975
Máquinas e Equipamentos	1.621.741	—	—	1.621.741
Móveis e Utensílios	9.403	472	—	9.875
A Ratear	1.967	19	(977)	1.009
Material em Depósito	26.658	—	—	26.658
	1.760.130	491	5.705	1.766.326

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Adições - Descrição do bem	em R\$ mil
TRANSFORMADOR DE FORÇA	338.671
SOFTWARE	172.619
BARRAMENTO	99.125
MOVÉIS E UTENSÍLIOS	69.567
SISTEMA DE PROTEÇÃO	64.938
DIREITO, MARCA E PATENTE	60.397
CHAVE	57.648
ESTRUTURA (POSTE E TORRE)	57.256
DISJUNTOR	44.545
CONDUTOR	40.027

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Baixas - Descrição do bem	em R\$ mil
TURBINA HIDRAULICA	25.060
CHAVE	24.485
TRANSFORMADOR DE FORÇA	23.771
DISJUNTOR	18.606
CONDUTOR	14.155
TRANSFORMADOR DE MEDIDA	6.313
TERRENO	3.297
PAINEL, MESA DE COMANDO E CUBÍCULO	3.136
MOVÉIS E UTENSÍLIOS	2.250
VEÍCULOS	1.989

Prática contábil

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para os seus bens, adotando as taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são depreciados pelo período da concessão ou autorização.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, referente aos ativos de transmissão, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

NOTA 15 - INTANGÍVEL

15.1 Intangível segregado por natureza e atividade

Composição do intangível	Taxa anuais de amortização médias (%)	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023
Em serviço		29.764.099	(873.336)	28.890.763	29.110.473
Geração	1.53%	28.674.315	(708.552)	27.965.763	28.360.621
Transmissão		691.770	64	691.834	649.150
Administração	10.09%	398.014	(164.848)	233.166	100.702
Em curso		262.315	—	262.315	423.191
Geração		13.042		13.042	30.741
Transmissão		214.388		214.388	223.907
Administração		34.885		34.885	168.543
Total Intangível		30.026.414	(873.336)	29.153.078	29.533.664

15.2 Movimentação do Intangível

Ativo Intangível	Valor bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas = (A)+(B)+(C) 31.12.2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
INTANGÍVEL EM SERVIÇO												
Geração	28.637.894	—	—	36.421	28.674.315	36.421	(708.552)	27.965.763	28.360.352	(253)	22	(231)
Serviços	483	—	—	—	483	—	(40)	443	28.367.430	(253)	22	(231)
Softwares	58	—	—	—	58	—	1.232	1.290	—	—	—	—
Outros Intangível	28.637.353	—	—	36.421	28.673.774	36.421	(709.744)	27.964.030	(7.078)	—	—	—
Transmissão	649.087	18.697	—	23.987	691.771	42.684	64	691.835	651.135	(76.299)	—	(76.299)
Serviços	647.607	18.697	—	7.787	674.091	26.484	—	674.091	(76.299)	—	—	(76.299)
Softwares	10	—	—	—	10	—	64	74	—	—	—	—
Outros Transmissão	1.470	—	—	16.200	17.670	16.200	—	17.670	651.135	—	—	—
Administração	225.396	—	—	172.618	398.014	172.618	(164.849)	233.165	98.986	—	—	—
Serviços	213.030	—	—	172.618	385.648	172.618	(158.755)	226.893	98.986	—	—	—
Softwares	12.366	—	—	—	12.366	—	(6.094)	6.272	—	—	—	—
Ativo Intangível em serviço	29.512.377	18.697	—	233.026	29.764.100	251.723	(873.337)	28.890.763	29.110.473	(76.552)	22	(76.530)

INTANGÍVEL EM CURSO	Valor bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas = (A)+(B)+(C) 31.12.2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Geração	30.741	19.502	—	(37.201)	13.042	(17.699)	—	13.042	30.751	—	—	—
Outros Intangível	30.741	19.502	—	(37.201)	13.042	(17.699)	—	13.042	30.751	—	—	—
Transmissão	223.907	13.166	—	(22.685)	214.388	(9.519)	—	214.388	224.964	—	—	—
Serviços	209.296	1.818	—	(6.043)	205.071	(4.225)	—	205.071	224.964	—	—	—
Softwares	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros Intangível	14.611	11.348	—	(16.642)	9.317	(5.294)	—	9.317	—	—	—	—
Administração	168.542	37.738	—	(171.395)	34.885	(133.657)	—	34.885	167.476	—	—	—
Softwares	160.235	37.812	—	(171.393)	26.654	(133.581)	—	26.654	—	—	—	—
Outros Intangível	8.307	(74)	—	(2)	8.231	(76)	—	8.231	167.476	—	—	—
Ativo Intangível em curso	423.190	70.406	—	(231.281)	262.315	(160.875)	—	262.315	423.191	—	—	—
Total do ativo Intangível	29.935.567	89.103	—	1.745	30.026.415	90.848	(873.337)	29.153.078	29.533.664	(76.552)	22	(76.530)

Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido, ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para os seus bens, adotando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 16 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa estimados. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

As principais premissas adotadas para os testes de *impairment* são taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, dentre outras, além de julgamento significativo sobre a determinação das unidades geradoras de caixa (UGC). O detalhamento está divulgado nas estimativas e julgamentos críticos.

As movimentações de *impairment* nas UGC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstradas abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa	2023	Adições/ (Reversões)	2024
Braço hidráulico - Chesf	22.763	(22.763)	—
Casa Nova	87.217	140.908	228.125
Casa Nova B a G	179.038	—	179.038
	289.018	118.145	407.163

A constituição e a reversão refletem, substancialmente, o modelo de negócio atual da Companhia, a curva de preços de longo prazo, a progressão dos investimentos e entrada em operação comercial.

Unidades Geradoras de Caixa	2022	Adições/ (Reversões)	2023
Braço hidráulico - Chesf	12.445	10.318	22.763
Casa Nova	55.695	31.522	87.217
Casa Nova B a G	179.038	—	179.038
Outros	39.098	(39.098)	—
	286.276	2.742	289.018

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros. A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

Até o exercício 2023, a Companhia tratava cada uma de suas usinas de geração elétrica como UGC para fins do teste de *impairment*. Com o avanço do processo de comercialização de energia elétrica da Companhia, possibilitada pela renovação das concessões e a consequente desotização das usinas hidrelétricas, houve elevação gradual do volume de energia descontratada. Desta forma, a venda de energia passou a ser considerada em blocos, gerando entradas de caixa sem identificação individual às usinas de geração hidrelétrica.

Seguindo o CPC 01 - Redução ao valor recuperável, a Companhia passou a considerar, a partir de 2024, como UGC, o conjunto de ativos de geração hidrelétrica por subsidiária, por representar o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Para os ativos eólicos, a Companhia considera cada parque como uma UGC, em razão, principalmente, do compartilhamento operacional dos ativos nos parques eólicos.

Essa alteração foi realizada como uma mudança de estimativa, conforme definido pelo CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

As UGC da Companhia com movimentação nos saldos de *impairment* estão apresentados na Tabela 23.

O valor recuperável de cada UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação das suas UGC e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximaria do valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, a Companhia adota o valor em uso como o valor recuperável das suas UGC.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir para o cálculo do valor em uso:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,75% (lucro real) e 6,50% (benefício fiscal SUDENE) para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2023, 5,81% (lucro real) e 6,53% (benefício fiscal SUDENE), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 7,49% e 8,27%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Planejamento Estratégico para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras."

NOTA 17 - FORNECEDORES

	2024	2023
Circulante		
Bens, Materiais e Serviços	469.307	485.929
Energia Comprada para Revenda	153.173	93.321
CCEE - Energia de curto prazo	–	88.677
	622.980	647.137

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Companhia é divulgada a seguir:

Instituição / Linha de crédito	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Principal + Juros de longo prazo	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread (% a.a.)	Data do próximo pagamento de Juros	Frequência do pagamento de Juros	Data da próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortização	Sistemática amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NACIONAL	3.927	102.591	681.012	787.530	735.115												112.125	115.116	113.850	101.516	79.478	158.927	
Banco do Nordeste- Casa Nova II e III	183	15.759	98.376	114.317	129.139	Sim	01/03/2018	Recebíveis	Não há	8,62%	25/01/2025	Trimestral	25/01/2025	25/07/1931	Mensal	SAC	16.734	17.724	18.730	19.752	17.524	17.524	7.912
BNDES - 13.2.1148.1-A/B	492	29.930	102.954	133.376	161.683	Sim	01/12/2015	Outras	TLP	3,28%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/06/2029	Mensal	SAC	29.530	29.530	29.530	14.365	-	-	-
BNDES - 13.2.1149.1-A	105	6.246	22.077	28.427	34.460	Sim	01/12/2015	Outras	TLP	3,28%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/06/2029	Mensal	SAC	6.294	6.294	6.294	3.195	-	-	-
SAFRA	-	-	-	-	43.448	Sim	01/08/2018	Outras	CDI	2,49%		Mensal		28/08/2024	Mensal	Outros	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Nordeste- FNE 2018 Prioritário	159	8.895	60.524	69.577	79.303	Sim	31/10/2018	Recebíveis	IPCA	2,74%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/11/1931	Mensal	Outros	9.466	10.003	10.555	11.110	10.787	8.603	
Banco do Nordeste- FNE 2018 Não Prioritário	135	3.571	28.990	32.696	35.898	Sim	31/10/2018	Recebíveis	IPCA	3,35%	45.672,00	Mensal	45.672,00	15/11/1931	Mensal	Outros	4.338	4.338	4.338	4.337	4.337	7.302	
BNDES - 13.2.1148.1-D	1	116	411	528	640	Sim	01/12/2015	Outras	TLP	0,00%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	47.284,00	Mensal	SAC	117	117	117	60	-	-	
BNDES - 13.2.1149.1-C	3	231	822	1.056	1.280	Sim	01/12/2015	Outras	TLP	0,00%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	47.284,00	Mensal	SAC	234	234	234	120	-	-	
Banco do Nordeste- FNE 2011 TDG	17	2.820	37.592	40.429	43.518	Sim	01/03/2011	Recebíveis	Não há	9,25%	30/01/2025	Mensal	30/01/2025	30/03/2031	Mensal	Outros	6.389	7.594	7.158	8.696	6.111	1.644	
Banco do Nordeste- FNE 2011 TDG 2	12	7.573	77.651	85.236	92.914	Sim	01/03/2011	Recebíveis	Não há	2,94%	30/01/2025	Mensal	30/01/2025	30/10/2032	Mensal	Outros	9.579	9.837	7.450	10.829	11.724	28.232	
Banco do Nordeste- FNE 2020 Prioritário	300	7.358	59.042	66.700	29.217	Sim	01/12/2020	Recebíveis	IPCA	1,53%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/01/2034	Mensal	Outros	7.304	7.304	7.304	7.304	7.304	22.521	
Banco do Nordeste- FNE 2020 Não Prioritário	621	14.784	118.451	133.856	83.614	Sim	01/12/2020	Recebíveis	IPCA	1,87%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/01/2034	Mensal	Outros	14.654	14.654	14.654	14.654	14.654	45.182	
Banco do Nordeste- FNE 2023 Prioritário	293	1.145	17.743	19.181	-	Sim	16/03/2023	Recebíveis	IPCA	5,06%	15/01/2025	Trimestral	15/05/2025	15/04/2036	Mensal	Outros	1.717	1.717	1.717	1.717	1.717	9.158	
Banco do Nordeste- FNE 2023 Não Prioritário	1.602	3.547	54.972	60.120	-	Sim	16/03/2023	Recebíveis	IPCA	6,19%	15/01/2025	Trimestral	15/05/2025	15/04/2036	Mensal	Outros	5.320	5.320	5.320	5.320	5.320	28.372	
BNDES - 13.2.1148.1-D1	4	555	1.256	1.815	-	Sim	15/06/2024	Outras	TLP	0,00%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/06/2029	Mensal	SAC	402	402	402	49	-	-	
BNDES - 13.2.1149.1-C1	1	64	151	215	-	Sim	15/06/2024	Outras	TLP	0,00%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/06/2029	Mensal	SAC	48	48	48	8	-	-	
DEBÊNTURES - MOEDA NACIONAL	-	399.996	7.355.460	7.755.456	2.312.840												23.414	25.879	27.111	1.019.494	-	6.259.562	
Debênt. Eletrobras ECF 3381-2022	-	-	-	-	2.174.188	Sim	21/06/2023	Outras	N/A	13,50%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	-	-	-	-	-	-	
Debêntures ED002542000	-	23.592	997.109	1.020.701	-	Sim	15/04/2024	Outras	CDI	0,85%	15/04/2025	Semestral	15/04/2029	15/04/2029	Outros	Outros	-	-	-	997.109	-	-	
Debêntures ED002607000	-	299.048	4.357.062	4.656.110	-	Sim	15/06/2024	Outras	IPCA	6,77%	15/06/2025	Semestral	15/06/2031	15/06/1931	Outros	Outros	-	-	-	-	-	4.357.062	
Debêntures ED002658000.1	-	36.271	1.336.250	1.372.521	-	Sim	15/09/2024	Outras	CDI	0,85%	15/03/2025	Semestral	15/09/2031	15/09/2031	Outros	Outros	-	-	-	-	-	1.336.250	
Debêntures ED002658000.2	-	15.640	566.250	581.890	-	Sim	15/09/2024	Outras	CDI	1,05%	15/03/2025	Semestral	15/09/2032	15/09/2034	Outros	Outros	-	-	-	-	-	566.250	
Debêntures ETN	-	25.445	98.789	124.234	138.652	Sim	15/01/2017	Outras	IPCA	7,03%	15/09/2020	Semestral	15/09/2020	15/01/2029	Semestral	Outros	23.414	25.879	27.111	22.385	-	-	
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.927	502.587	8.036.471	8.542.985	3.047.955												135.539	140.994	140.961	1.121.010	79.478	6.418.489	

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento de longo prazo assim programado em 31 de dezembro de 2024:

2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
112.125	115.116	113.850	117.821	7.577.558	8.036.470

Detalhamos abaixo, a composição relativa ao mercado de capitais e seus vencimentos:

Vencimento	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
15/01/2029	25.459	98.775	23.406	115.247
15/04/2029	23.592	997.109	—	—
15/06/2031	299.048	4.357.062	—	—
15/09/2031	36.271	1.336.250	—	—
15/09/2024	15.640	566.250	—	—
	400.010	7.355.446	23.406	115.247

18.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debentures

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	3.047.955	1.035.113
<u>Efeito no fluxo de caixa:</u>		
Captação	7.835.164	19.294
Juros Pagos	(555.300)	(217.372)
Amortização do Principal	(2.282.611)	(175.294)
Custos de transação apropriado	—	916
<u>Efeito não caixa:</u>		
Juros, encargos, Variações monetária e incorridos	444.181	235.298
Variação de dívida marcada a mercado	53.596	—
Conversão de AFAC em debêntures	—	2.150.000
Saldo em 31 de dezembro	8.542.985	3.047.955

Captações de recursos

Em abril, junho e outubro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

	2ª emissão	3ª emissão	4ª emissão	4ª emissão
Operação	Debêntures	Debêntures	Debêntures	Debêntures
Série	Única	Única	1ª série	2ª série
Tipo	Não incentivadas	Não incentivadas	Não incentivadas	Não incentivadas
Taxa (% a.a.)	DI + 0,85%	DI + 0,31	DI + 0,85	DI + 1,05
Montante (R\$)	1.000.000	4.900.000	1.336.250	566.250
Vencimento	15/4/2029	15/6/2031	15/9/2031	15/9/2034

Amortização de dívida

Em 17 de outubro de 2024, a Companhia liquidou a debêntures simples *intercompany* com a Eletrobras no montante de R\$ 2.163.706 (principal e encargos).

18.2 Garantia

Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 2024	Término da Garantia
UHE SINOP	74.238	2032

18.3 Obrigações assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de covenants em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativo. A Companhia não identificou a ocorrência de evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados, exceto quando são objetos de *hedge accounting*, cuja mensuração é realizada pela variação do valor justo.

Os saldos nas tabelas de empréstimos, financiamento e debêntures são apresentados conforme os critérios de mensuração dessas obrigações. A nota explicativa 33.3.3 apresenta a movimentação das dívidas protegidas por derivativos, cuja mensuração é realizada com base na variação dos valores justos.

NOTA 19 - ENCARGOS SETORIAIS

	2024	2023
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	229.652	133.819
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	31.014	37.710
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	5.201	5.172
Quota RGR	2.642	3.081
	268.509	179.782
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	138.059	228.611
	138.059	228.611
	406.568	408.393

19.1 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,40% em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); (ii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iii) 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Por sua vez a Aneel, com base na Lei nº 14.120/2021 e por meio do Despacho nº 904/2021 e da Resolução Normativa nº 929/2021, determinou o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D na data base de 31 de agosto de 2020, bem como estabeleceu recolhimento à CDE de percentual fixo de 30% da obrigação mensal da aplicação dos respectivos programas, ou seja, recolhimento mensal de 0,12% para o CDE, restando para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) o percentual de 0,28%.

19.2 Reserva Global de Reversão – RGR

A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico criado em 1957 que tem como objetivo financiar projetos de melhoria e expansão do setor energético. A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

19.3 Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 7% sobre o montante da energia elétrica de origem hidráulica produzida, medida em megawatt-hora, multiplicado pela TAR - Tarifa Atualizada de Referência, fixada pela ANEEL.

Prática contábil

A Companhia reconhece os encargos setoriais como obrigações a recolher, calculados de acordo com a as legislações aplicáveis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita operacional líquida.

NOTA 20 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	373.789	592.047
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de dividendos / JCP	(373.528)	(1.287.594)
Efeito não caixa:		
Dividendos adicionais propostos	—	695.808
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	686.274	373.528
Saldo em 31 de dezembro	686.535	373.789

O Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 21 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Custo Histórico	Saldo em 31.12.2024
Em serviço	732.496	732.496
Participação da união, Estados e Municípios	276.041	276.041
Participação Financeira do Consumidor	94.839	94.839
Doações e Subv.a Invest. no Serviço Concedido	361.236	361.236
Pesquisa e Desenvolvimento	380	380
(-) Amortização Acumulada - AIS	(258.968)	(258.968)
Participação da união, Estados e Municípios	(198.733)	(198.733)
Participação Financeira do Consumidor	(50.629)	(50.629)
Doações e Subv.a Invest. no Serviço Concedido	(9.450)	(9.450)
Pesquisa e Desenvolvimento	(155)	(155)
Total	473.528	473.528

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31.12.2023	Adições / Incorporação	Valor Bruto em 31.12.2024
Em serviço	690.402	42.094	732.496
Participação da união, Estados e Municípios	276.041	—	276.041
Participação Financeira do Consumidor	94.839	—	94.839
Doações e Subv.a Invest. no Serviço Concedido	319.141	42.094	361.235
Pesquisa e Desenvolvimento	380	—	380
(-) Amortização Acumulada - AIS	(223.471)	(35.497)	(258.968)
Participação da união, Estados e Municípios	(177.933)	(20.800)	(198.733)
Participação Financeira do Consumidor	(45.410)	(5.219)	(50.629)
Doações e Subv.a Invest. no Serviço Concedido	—	(9.451)	(9.451)
Pesquisa e Desenvolvimento	(128)	(27)	(155)
Total	466.931	6.597	473.528

Prática Contábil

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo imobilizado.

NOTA 22 - CONTRATOS ONEROSOS

	2023	Reversões líquidas	2024
Geração			
PPA Jirau	467.608	(138.282)	329.326
PPA Sinop	10.155	(4.798)	5.357
PPA Pedra	4.136	(4.136)	—
PPA Alpek	2.546	(2.546)	—
	484.445	(149.762)	334.683

A reversão realizada no exercício refere-se substancialmente à melhora na curva futura do preço de energia e à inclusão, em 2024, dos ganhos estimados de equivalência patrimonial cruzados, resultantes dos lucros proporcionados às SPE pelos contratos de energia entre a Companhia e as SPE, para compensar o saldo da onerosidade desses contratos.

	2022	Constituição	2023
Geração			
PPA Jirau	90.499	377.109	467.608
PPA Sinop	—	10.155	10.155
PPA Pedra	—	4.136	4.136
PPA Alpek	—	2.546	2.546
	90.499	393.946	484.445

Prática contábil

A Companhia realiza testes periódicos em seus contratos de compra de energia elétrica de longo prazo para verificar se os custos inevitáveis para cumprir as obrigações contratuais superam os benefícios econômicos esperados. Quando os custos excedem os benefícios, a diferença é registrada como passivo, na rubrica de provisão para contratos onerosos. As constituições e reversões dessas provisões são registradas no grupo de provisões operacionais, na demonstração do resultado.

Estimativas e julgamentos críticos

Os benefícios econômicos utilizados para o teste de contratos onerosos são estimados com base nos preços futuros de venda de energia elétrica.

NOTA 23 - BENEFÍCIO AOS EMPREGADOS

23.1 Benefício pós emprego

A Chesf oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD e Benefício Saldado - BS.

O plano de benefício definido previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;

- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;

• Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e

• Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial dos fundos de pensão para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Planos de benefícios previdenciários	2.907.761	3.913.085
Circulante	277.276	270.871
Não circulante	2.630.486	3.642.214
	2.907.761	3.913.085

23.1.1 Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	8.179.663	9.995.692
Teto do ativo (a)	134.439	125.774
Contrato de dívida (b)	662.728	206.086
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(6.069.069)	(6.414.467)
Valores Disponíveis Imediatos	435	938
Realizáveis	271.427	249.901
Investimentos em Renda Fixa	6.650.010	6.546.716
Investimentos em Renda Variável	521.436	1.350.821
Investimentos Imobiliários	8.726	50.871
Investimentos Estruturados	358.551	389.180
Empréstimos e Financiamentos	126.432	165.613
Outros	—	32.714
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(1.334.930)	(1.845.873)
(-) Exigíveis Operacionais	(48.157)	(95.312)
(-) Exigíveis Contingenciais	(71.958)	(69.075)
(-) Fundos de Investimentos	(66.908)	(60.658)
(-) Fundos Administrativos	(271.427)	(249.901)
(-) Fundos Previdenciais	(74.567)	(51.468)
Passivo (Ativo) líquido (a) + (b)	2.907.761	3.913.085

	2024	2023
Custo do serviço corrente	16.617	4.049
Custos dos juros líquidos	864.073	40.854
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	880.690	44.903

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	9.995.692	9.192.642
Custo de serviço corrente	16.617	11.144
Juros sobre a obrigação atuarial	864.073	910.139
Benefícios pagos durante o exercício	(961.083)	(863.268)
Contribuições Normais do Participante	24	63
Custo de Serviço Passado	—	—
Ganho/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(1.735.660)	744.973
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(1.203.180)	638.600
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(532.480)	106.373
Saldo em 31 de dezembro	8.179.663	9.995.692

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	6.414.467	5.522.160
Benefícios pagos durante o exercício	(961.083)	(863.268)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	24	63
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	369.243	382.526
Ganho/Perda sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(312.073)	833.365
Rendimento esperado dos ativos no ano	558.491	539.622
Saldo em 31 de dezembro	6.069.069	6.414.467

23.1.2 Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

	2024	2023
Taxa de juros real de desconto atuarial anual (%)	5,49 a 8,10	6,10 a 6,16
Projeção de aumento médio dos salários (%)	0,00 a 0,98	1,00 a 2,01
Taxa média de inflação anual (%)	3,50	4,00
Expectativa de retorno dos ativos do plano (%)	3,50	4,00

(a) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

2024

Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (segregada por sexo), suavizada entre 10% e 25% e BR-EMSsb-v.2015 M&F	AT-2000 (segregada por sexo), suavizada entre 10% e 25% e BR-EMSsb-v.2015 M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 (feminina); PUB 2010 MI segregada por sexo; RRB-1983, segregada por sexo; AT-49 Masculina; MI-2006 (Segregada); RP-2000 (Segregada); MI-85, segregada por sexo; AT-83 IAM M.	RP-2000 (feminina), RP-2000 Disabled (segregada por sexo), RRB-1983, segregada por sexo, AT-49 Masculina, RRB-1983, segregada por sexo, Winklevoss, desagravada em 20%, MI-85, segregada por sexo, e AT-83 IAM MMI-85, segregada por sexo.
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas, suavizada em 50%; Light Fraca; Grupo Americana; TASA 1927, agravada em 20%; Light Média.	Álvaro Vindas, Álvaro Vindas, suavizada em 50%, Light Fraca, Grupo Americana e TASA 1927, agravada em 20%.

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

23.1.3 Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	2024	2023
Ganhos/Perdas atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	822.910	(138.686)

23.1.4 Contribuições patronais

A duration média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 7,65 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 8,36 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós emprego para os próximos 10 anos:

	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Consolidado	845.219	771.355	702.248	638.027	5.222.812	8.179.663

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	(594.332)	685.048
Expectativa de crescimento salarial	11.577	—

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na comparação da análise de sensibilidade.

23.1.5 Contribuições patronais

Nos planos denominados BD Eletrobras, CD Eletrobras, BD Eletrosul, CD Eletrosul, BD CGTEE, CD Chesf, BD Furnas e CD Furnas as contribuições extraordinárias para o equacionamento de insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios são de responsabilidade da Companhia e dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, observando-se a paridade nas contribuições, conforme as previsões constantes nos respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

Nos planos denominados BD Chesf e BS Chesf, a controlada Chesf responde pelo custeio integral das contribuições extraordinárias para a cobertura de insuficiências patrimoniais, conforme previsto nos regulamentos desses planos de benefícios. Ambos os planos são na modalidade de benefício definido e se encontram em extinção. A parcela do valor presente do saldamento, correspondente aos assistidos existentes no plano BD Chesf, na data efetiva dos planos CD Chesf e BS Chesf é um compromisso especial de responsabilidade da patrocinadora. O mesmo ocorre com a parcela do valor presente do benefício saldado não coberta pelo patrimônio do plano BS Chesf na data efetiva do plano. Os valores das contribuições extraordinárias são objeto de contratos de dívida específicos firmados entre a Chesf e a Fachesf, de acordo com as regras especificadas na Resolução CNPC nº 30, de 2018, Resolução CNPC nº 42, de 2021 e Resolução Previc nº 23, de 2023. As questões relacionadas ao custeio extraordinário destes planos estão sendo objeto de estudo pela Eletrobras. Segundo a legislação que rege a previdência privada no Brasil, as contribuições extraordinárias para equacionamento de insuficiências patrimoniais apuradas nos planos de benefícios devem ser obrigatoriamente objeto de contrato de dívida específico, no qual são estabelecidas as condições de pagamento e a proporção contributiva a ser observada entre o patrocinador e participantes e assistidos, de acordo com a proposta de equacionamento aprovada nos órgãos de governança da entidade de previdência privada, respeitando-se, sempre, as normas estabelecidas nos regulamentos dos planos.

Nas decisões judiciais que envolvem os planos de benefícios ou o plano de gestão administrativa, imputando responsabilidade financeira ao patrocinador é respeitada a proporção contributiva

estabelecida nos regulamentos dos planos, exceto em casos nos quais eventualmente seja questionada a própria proporção contributiva. Desta forma, ainda no caso de decisões judiciais é respeitada a proporção contributiva entre patrocinadores e participantes e assistidos, apesar de ter um histórico de inadimplência dos participantes decorrentes de ações judiciais questionando as contribuições extraordinárias.

A Companhia, com base nas premissas destacadas acima, está realizando estudos para adotar o risk sharing nas suas obrigações relacionadas aos planos de previdência privada, sendo que esse estudo irá incluir a segurança jurídica e atuarial para reconhecer as repartições das obrigações pelo custeio do passivo atuarial em cada um dos planos de benefícios que patrocinam, bem como a análise das contribuições extraordinárias que tem sido objeto de inadimplemento por uma parcela dos participantes.

A Companhia espera ter as conclusões e o plano de equacionamento no exercício de 2024.

23.1.6 Obrigações com pessoal

	2024	2023
Circulante		
Provisão de férias	65.207	63.221
Programa de demissão voluntária	77.199	267.530
Folha de pagamento	13.591	2.632
Encargos sobre férias	19.534	5.055
Participações nos Lucros/Resultados	73.567	67.516
Encargos sobre 13º salário	12.351	—
Contribuição previdenciária	27.818	17.583
Outros	2.107	4.654
	291.374	428.191

Prática contábil

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não

possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste tipo de plano é necessário identificar os planos que possuem déficits sendo equacionados e se os participantes e/ou assistidos custeiam uma parcela desse déficit. Para os casos em que possuem equacionamento em curso, o valor presente das obrigações de benefício definido é calculado considerando as contribuições de empregados ou de terceiros, que reduzam o custo final dos benefícios de pós-emprego ofertados pelas patrocinadoras, que representa o conceito de Risk Sharing.

Os planos que não possuem equacionamentos em curso, a Companhia registra como obrigação o excedente a diferença entre o saldo da obrigação atual e o saldo do valor justo dos ativos, não considerando a aplicação do compartilhamento de riscos (Risk Sharing), seguindo a orientação do CPAO Nº 013 - Risk Sharing” - Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de Plano de Aposentadoria de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e seus impactos no Balanço das empresas patrocinadoras, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais, do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do

plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes, substancialmente, de ajustes nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

NOTA 24 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

As principais ações referem-se a:

24.1.1 Provisões para litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	2024	2023
Cíveis	2.971.943	3.132.807
Trabalhistas	151.108	195.828
Tributárias	64.685	36.458
Regulatórios	42.951	38.049
Ambientais	20.440	12.137
	3.251.127	3.415.279

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.415.279
Reversões	(228.856)
Atualizações monetárias	283.693
Liquidações	(218.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.251.127

24.1.2 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 2.971.943 (R\$ 3.132.807 em 31 de dezembro de 2023).

- **Nulidade parcial de aditivo – Fator K de correção analítica de preços (Chesf)**

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor histórico de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro. As rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a supostos pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela companhia. O fator K refere-se à cobrança de um índice de reajuste de preços em face da necessidade de compensar os efeitos inflacionários causados pelos planos econômicos instituídos no final da década de 1980. Os efeitos dos reajustes dos preços trouxeram prejuízos para a empresa, ensejando superfaturamento dos valores, além de inexistir previsão no edital da contratação do Consórcio. Não há previsão de tempo para o desfecho completo desta lide.

Considerando que o processo de liquidação de sentença e a consequente execução provisória promovidos contra a controlada Chesf foram extintos por decisão do Superior Tribunal de Justiça, a Chesf está apurando os prejuízos a ela causados pelos bloqueios de suas contas promovidos durante a referida execução provisória para adoção das providências cabíveis quanto ao eventual ressarcimento por danos por ela sofridos.

24.2 Passivos contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	2024	2023
Cíveis	12.304.232	11.224.578
Tributárias	724.795	241.173
Trabalhistas	97.435	51.982
Ambientais	335.957	650.013
Regulatórios	4.261.765	3.820.309
	17.724.184	15.988.055

- **Nulidade do acordo sindical (Chesf)**

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal – MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária – VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinar o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível.

- **Ação Civil Pública – Ministério Público Federal da Bahia (Chesf)**

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica. O processo tramita perante a Vara Federal em Paulo Afonso – BA, estando atualmente em fase recursal no TRF 1ª Região (TRF1). Houve liminar deferida em favor do Ministério Público, que foi cassada pelo TRF1. A sentença foi favorável à tese de decadência e existe precedente no STJ contrário à pretensão do MPF. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”.

- **Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais (Chesf)**

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia Geral da União – CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Foi interposta apelação pela ANEEL. A Chesf interpôs embargos de declaração.

Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível.

- **Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Chesf)**

Em outubro de 2022 foi publicado acórdão referente ao julgamento dos embargos de declaração opostos pela Chesf no âmbito do processo movido pela Energia Potiguar contra a Chesf no qual foi mantida a decisão que anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias confirmando a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010.

Em dezembro de 2023, foi publicado o acórdão no qual os Ministros da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, conheceram do Agravo interposto pela Chesf para dar provimento ao seu Recurso Especial, anulando aquela decisão que lhe era desfavorável e determinando novo julgamento pelo Tribunal de Justiça, o que ainda não ocorreu. Considerando a última posição da ação judicial, o processo foi classificado como de risco possível.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Os depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos internos e externos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 25 - OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de:

	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		Revitalização das Bacias Hidrográficas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	13.718.611	12.440.873	2.683.120	2.761.585	16.401.731	15.202.458
<u>Efeito no fluxo de caixa:</u>						
Amortização do principal	(471.557)	(244.015)	(338.756)	(340.045)	(810.313)	(584.060)
Juros pagos	(67.765)	(15.459)	(30.913)	(13.296)	(98.678)	(28.755)
<u>Efeito não caixa:</u>						
Atualização monetária	670.956	578.785	115.232	132.704	786.188	711.489
Encargos	1.038.651	958.427	135.942	142.172	1.174.593	1.100.599
Saldo em 31 de dezembro	14.888.896	13.718.611	2.564.625	2.683.120	17.453.521	16.401.731
Circulante	816.062	518.966	385.752	367.974	1.201.814	886.940
Não circulante	14.072.834	13.199.645	2.178.873	2.315.146	16.251.707	15.514.791

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valores presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	Conta de Desenvolvimento Energético ¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas ²	Total
2025 (Circulante)	816.062	385.752	1.201.814
2026	1.011.241	365.051	1.376.292
2027	1.174.781	345.462	1.520.243
2028	1.091.816	326.924	1.418.740
2029	1.014.710	309.381	1.324.091
2030	1.014.710	292.779	1.307.489
Após 2030	8.765.576	539.276	9.304.852
	14.888.896	2.564.625	17.453.521
Circulante	816.062	385.752	1.201.814
Não Circulante	14.072.834	2.178.873	16.251.707

O fluxo nominal de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA. Estão divulgados na nota de instrumentos financeiros, vide nota 32.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 19.370.176 (R\$ 19.370.176, em 31 de dezembro de 2023), e suas ações não têm valor nominal.

2024						
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00
	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00

2023						
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00
	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

26.1 Reservas de lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

26.1.1 Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

26.1.2 Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

26.1.3 Reserva para investimentos

Conforme a Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

A Companhia propõe destinar R\$ 1.120.585, provenientes do lucro de 2024, para a Reserva para investimentos, com a finalidade de executar os investimentos previstos no planejamento estratégico de 2025 a 2029.

26.1.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

26.1.5 Destinação do resultado

	2024	2023
Saldo para destinação do exercício	1.467.713	2.773.317
Reserva Legal	(144.479)	(78.638)
Reserva de Incentivo Fiscal	(25.031)	(177.028)
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	(686.274)	(373.528)
Subtotal a distribuir	611.929	2.144.123
Reserva de Retenção de Lucros	(611.929)	(2.144.123)
Saldo a distribuir do exercício	—	—

26.2 Outros resultados abrangentes

Em função do aditivo contratual de compromisso atuarial relativo à cobertura dos compromissos com o plano salgado de benefícios (BS) a Companhia registrou o ajuste atuarial em Outros resultados abrangentes no valor de R\$ 970.985.

Proveniente de instrumentos financeiros derivativos, qual seja: hedge de fluxo de caixa na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, houve impacto da ordem de R\$ 224.

NOTA 27 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio (JCP) em relação às ações ordinárias.

2024			
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.421.664	46.049	1.467.713
Lucro do exercício	1.421.664	46.049	1.467.713
Denominador	Ordinárias	Preferenciais	
Quantidade de ações em mil	54.151	1.754	
% de ações em relação ao total	96,86	3,14	
Resultado por ação diluído (R\$)	26,25	22,46	

2023			
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.686.305	87.012	2.773.317
Lucro do exercício	2.686.305	87.012	2.773.317
Denominador	Ordinárias	Preferenciais	
Quantidade de ações em mil	54.151	1.754	
% de ações em relação ao total	96,86	3,14	
Resultado por ação diluído (R\$)	49,61	49,61	

Prática Contábil

A Companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

NOTA 28 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Geração		
Suprimento	514.128	581.292
Fornecimento	329.981	875.082
CCEE	1.050.292	328.535
Receita de operação e manutenção	2.002.720	2.655.878
	3.897.121	4.440.787
Transmissão		
Receita de operação e manutenção	6.042.093	5.713.301
(-) Deduções à Receita Operacional		
(-) ICMS	(54.330)	(154.518)
(-) PIS e COFINS	(905.653)	(911.765)
(-) Encargos setoriais	(598.708)	(631.214)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	(1.113)	(896)
	(1.559.804)	(1.698.393)
Receita operacional líquida	8.379.410	8.455.695

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo contratual decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

Prática contábil

Receita Operacional Líquida

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador, pelos preços estabelecidos nos contratos. As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Transmissão

Corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

NOTA 29 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na demonstração do resultado do exercício, têm a seguinte composição:

	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(552.976)	(423.993)	(976.969)	(625.031)	(445.138)	(1.070.169)
Plano de demissão voluntária	—	(122.588)	(122.588)	—	(120.404)	(120.404)
Material	(14.563)	(28.139)	(42.702)	(16.202)	(27.277)	(43.479)
Serviços	(253.828)	(176.237)	(430.065)	(239.266)	(128.354)	(367.620)
Energia comprada para revenda	(284.170)	—	(284.170)	(244.526)	—	(244.526)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.185.661)	—	(1.185.661)	(1.077.079)	—	(1.077.079)
Depreciação e amortização	(927.368)	(81.688)	(1.009.056)	(729.372)	(46.595)	(775.967)
Doações e contribuições	—	(29.745)	(29.745)	—	(32.878)	(32.878)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (29.1)	—	486.392	486.392	—	149.105	149.105
Outros	5.942	(92.595)	(86.653)	14.820	(242.790)	(227.970)
	(3.212.624)	(468.593)	(3.681.217)	(2.916.656)	(894.331)	(3.810.987)

29.1 Perdas estimadas / Provisões operacionais

	2024	2023
(Provisões) Reversões de litígios	228.854	620.484
Contratos onerosos (a)	149.762	(393.946)
Perdas estimadas em investimentos	78.645	14.748
PCE - Consumidores e revendedores	(106.472)	(86.163)
Impairment (b)	132.332	(2.742)
Outras	4.343	(6.018)
	486.392	149.105

- (a) Os fatores que representam a variação da rubrica contratos onerosos no exercício de 2024 estão apresentados na Nota 22; e
 (b) Os fatores que representaram a variação da rubrica de *impairment* no exercício de 2024 estão apresentados na Nota 16.

NOTA 30 - PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2024	2023
Pessoal		
Remuneração	604.681	612.207
Encargos sociais	199.098	209.615
Previdência privada	41.713	142.171
Programa de demissão voluntária	122.588	123.591
Participação nos lucros e resultados	86.698	71.867
Outros benefícios correntes	42.086	23.827
	1.096.864	1.183.278
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselhos)	2.693	7.295
	2.693	7.295
	1.099.557	1.190.573

NOTA 31 - RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	581.452	199.310
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2.664	4.726
Outras receitas financeiras	1.661	1.832
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(56.158)	—
	529.619	205.868
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(428.240)	(226.620)
Encargos de obrigações com CDE	(1.038.651)	(958.427)
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	(135.942)	(142.172)
Outras despesas financeiras	(129.987)	(186.364)
	(1.732.820)	(1.513.583)
Itens financeiros, líquidos		
Atualizações monetárias - CDE	(670.956)	(578.785)
Atualizações monetárias - bacias hidrográficas	(115.232)	(132.704)
Atualizações monetárias	(520.823)	148.829
Variações cambiais	(107)	—
Varição do valor justo de dívida protegida (hedge) líquida do derivativo	(350.396)	—
	(1.657.514)	(562.660)
	(2.860.715)	(1.870.375)

NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2024, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

	2024			2023		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA/INGRESSO	3.897.121	6.042.093	9.939.214	4.440.787	5.713.301	10.154.088
Suprimento	514.128	—	514.128	581.292	—	581.292
Fornecimento	329.981	—	329.981	875.082	—	875.082
CCEE	1.050.292	—	1.050.292	328.535	—	328.535
Receita de O&M	2.002.720	—	2.002.720	2.655.878	—	2.655.878
Disponibilização do sistema de transmissão	—	6.042.093	6.042.093	—	5.713.301	5.713.301
TRIBUTOS	(433.673)	(527.423)	(961.096)	(559.885)	(507.294)	(1.067.179)
(-) ICMS	(54.330)	—	(54.330)	(154.518)	—	(154.518)
(-) PIS e COFINS	(379.304)	(526.349)	(905.653)	(405.330)	(506.435)	(911.765)
(-) Outras deduções (inclusive ISS)	(39)	(1.074)	(1.113)	(37)	(859)	(896)
ENCARGOS	(295.231)	(303.477)	(598.708)	(309.320)	(321.894)	(631.214)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(30.911)	(52.145)	(83.056)	(35.011)	(48.867)	(83.878)
Reserva global de reversão - RGR	(23.480)	(10.859)	(34.339)	(23.376)	(12.962)	(36.338)
Conta desenvolvimento energético - CDE	—	(149.404)	(149.404)	—	(160.748)	(160.748)
Programa de incentivo fontes alternativa E.E. - PROINFA	—	(71.197)	(71.197)	—	(80.804)	(80.804)
Compensação Finan. pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(199.239)	—	(199.239)	(210.518)	—	(210.518)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(41.601)	(19.872)	(61.473)	(40.415)	(18.513)	(58.928)
RECEITA LÍQUIDA/INGRESSO LÍQUIDO	3.168.217	5.211.193	8.379.410	3.571.582	4.884.113	8.455.695
Custos não gerenciáveis - "Parcela A"	(1.469.831)	—	(1.469.831)	(1.321.605)	—	(1.321.605)
Energia comprada para revenda	(284.170)	—	(284.170)	(244.526)	—	(244.526)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.185.661)	—	(1.185.661)	(1.077.079)	—	(1.077.079)
Demais custos	—	—	—	—	—	—
Custos gerenciáveis - "Parcela B"	(1.385.001)	(901.017)	(2.286.018)	(966.967)	(1.583.177)	(2.550.144)
Depreciação e amortização	(633.624)	(375.432)	(1.009.056)	(352.731)	(423.236)	(775.967)
Provisões operacionais	(11.848)	(103)	(11.951)	(284.978)	434.083	149.105
Demais despesas	(739.529)	(525.482)	(1.265.011)	(329.258)	(1.594.024)	(1.923.282)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	313.385	4.310.176	4.623.561	1.283.010	3.300.936	4.583.946
Resultado Financeiro			(2.860.715)			(1.870.375)
Resultado de participações societárias			(14.664)			45.274
Outras receitas e despesas			74.631			60.762
Imposto de renda e Contribuição social			(355.100)			(46.290)
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício			1.467.713			2.773.317

Prática contábil

A Companhia segmenta os seus resultados entre Geração e de Transmissão, pois a maior parte das suas receitas e despesas são originadas por essas atividades e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados e para a avaliação do seu desempenho.

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

NOTA 33 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Gestão do risco de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito). O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2024	2023
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	8.542.985	3.047.955
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos - proteção de dívida	200.912	—
(-) Caixa e equivalente de caixa	(6.316.829)	(1.027.866)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(1.436.834)	(252.294)
Exposição líquida	990.234	1.767.795
(+) Total do Patrimônio Líquido	34.615.192	31.563.725
Total do Capital	35.605.426	33.331.520
Índice de Alavancagem Financeira (%)	2,78	5,30

Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	2024	2023
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		8.351.722	2.791.036
Caixa e equivalentes de caixa		6.316.828	1.027.866
Clientes		1.077.794	1.071.321
Caixa restrito		957.100	691.849
Valor justo por meio do resultado		1.581.066	252.294
Títulos e Valores Mobiliários	2	1.436.834	252.294
Instrumentos financeiros derivativos		143.012	—
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		610	—
Instrumentos financeiros derivativos	2	610	—
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		22.649.911	20.470.612
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		17.453.521	16.401.731
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.886.875	3.047.955
Fornecedores		622.980	647.137
Remuneração aos acionistas		686.535	373.789
Valor justo por meio do resultado		5.000.034	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	4.656.110	—
Instrumentos financeiros derivativos	2	343.924	—

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

Risco de taxa de juros

- Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		Saldo em 2024	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2024 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.755.455)	(1.155.563)	(1.444.453)	(1.733.344)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(165.418)	(14.458)	(18.072)	(21.686)
IPCA	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(382.130)	(20.482)	(25.603)	(30.723)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais		(8.303.003)	(1.190.502)	(1.488.128)	(1.785.754)
(1) Premissas adotadas:					
		2024	Provável	+25%	+50%
	CDI (%)	12,15	14,90	18,63	22,35
	TJLP (%)	7,43	8,74	10,93	13,11
	IPCA (%)	4,89	5,36	6,70	8,04

Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
	2.285.366	1.614.627	5.690.524	33.827.053	43.417.570
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	1.223.759	1.502.502	5.343.737	26.249.495	34.319.493
Empréstimos, financiamentos e debêntures	506.515	112.125	346.787	7.577.558	8.542.985
Fornecedores	555.092	—	—	—	555.092
Obrigações estimadas	—	—	—	—	—

Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)	2023				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
	1.748.807	1.387.352	5.067.544	29.153.308	37.357.011
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	901.463	1.167.360	4.831.566	26.738.905	33.639.294
Empréstimos, financiamentos e debêntures	177.582	219.992	235.978	2.414.403	3.047.955
Fornecedores	579.249	—	—	—	579.249
Obrigações estimadas	90.513	—	—	—	90.513

33.3.1 Instrumentos financeiros derivativos para proteção de dívida e compromissos firmes

- Posição patrimonial

	2024	2023	2024	2023
	Ativo		Passivo	
Derivativo para proteção de dívidas				
Swap - IPCA vs CDI - Vencimento 15/06/2031	142.788	—	343.924	—
	142.788	—	343.924	—
Derivativos de compromissos de longo prazo				
NDF US\$ - Vencimento 30/04/2025	224	—	—	—
	224	—	—	—
	143.012	—	343.924	—

- Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado

	2024	2023
Varição do valor justo do derivativo		
Swap - IPCA vs CDI - Vencimento 15/06/2031	(296.801)	—
Varição do valor justo da dívida protegida		
Credit agreement - vencimento 15/06/2031	(53.595)	—
Resultado Financeiro	(350.396)	—

- Ganho/(Perda) reconhecido(a) em Outros Resultados Abrangentes

	Vencimento	2024	2023
Chesf NDF US\$	30/04/2025	610	—
		610	—

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	—	—
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	(4.900.000)	—
Amortização do principal	166.264	—
Efeito não caixa:		
Avaliação a valor justo - resultado	(53.596)	—
Saldo em 31 de dezembro	(4.787.332)	—

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	—	—
Avaliação a valor justo - resultado	(296.800)	—
Avaliação a valor justo - ORA	610	—
Amortizações	95.278	—
Saldo em 31 de dezembro	(200.912)	—
Ativo	143.012	—
Passivo	343.924	—

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um ativo financeiro é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em Outros Resultados Abrangentes – ORA.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, quando não objetos de hedge accounting. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos swaps de taxa de juros e NDF (*Non-Deliverable Forward*).

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, mensurados pela variação do valor justo. As variações dos valores justos dos derivativos que servem de instrumentos para hedge de valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, enquanto os derivativos relacionados com hedge de fluxo de caixa são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes – ORA.

Contabilização de hedge:

A Companhia, considerando os benefícios na redução da volatilidade do resultado e na transparência dos efeitos da proteção, adota a contabilidade de *hedge*. Conforme disposto no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, há três tipos de relações de proteção:

- *Hedge* de valor justo: o *hedge* da exposição a alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- *Hedge* de fluxo de caixa: o *hedge* da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele ou a transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior: a proteção de um investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

As dívidas da Companhia, objetos de hedge, são designadas para hedge de valor justo, cujas variações dos valores justos dos instrumentos e dos objetos de *hedge* são reconhecidas no resultado.

Os compromissos firmes não reconhecidos, objetos de hedge, são designados para *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações dos valores justos dos instrumentos de *hedge* são reconhecidos em Outros resultados Abrangentes – ORA.

Estimativas e julgamentos críticos

Para os objetos de hedge negociados em mercado ativo, a mensuração do valor justo é realizada com base nos preços de mercado observáveis, utilizando uma ferramenta especializada, como por exemplo, a *Bloomberg*. Para os demais casos, os instrumentos e objetos de hedge são mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação mencionadas no CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, que de modo geral, se utiliza das premissas baseadas nas condições de mercado.

NOTA 34 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia.

Patrimonial	2024			2023		
	Controladas em conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
	Ativos					
Clientes	63.550	—	29.487	25.016	—	19.297
Contas a receber	730	—	438.197	557	—	410.420
Dividendos/ JCP a receber	42.531	—	—	34.278	—	—
Outros ativos	556	—	400.017	—	146.866	—
	107.367	—	867.701	59.851	146.866	429.717
Passivo						
Contas a Pagar	—	—	—	25.288	23.234	839
Contratos de dívida atuarial	—	2.907.762	—	—	3.004.545	—
Fornecedores	3.564	—	11.655	3.355	—	22.748
Dividendos e JCP a pagar	—	—	686.274	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—	—	2.174.188
Outros passivos	—	66.350	55.188	—	114.374	—
	3.564	2.974.112	753.117	28.643	3.142.153	2.197.775

Resultado	2024			2023		
	Controladas em Conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras	Controladas em Conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
	Receita de venda de energia	—	—	14.557	7.270	—
Receitas de prestação de serviços	7.117	—	5.505	—	—	—
Receita de transmissão	262.401	—	355.903	—	—	—
Receita financeira	298.967	46	18.486	275	487	20.523
Outras receitas e (despesas) operacionais	78.749	(177.004)	(82.895)	—	(20.492)	385.399
Energia comprada para revenda	(272.229)	—	(22.757)	(259.507)	—	—
Encargo de uso da rede	(33.152)	—	(276.103)	(30.592)	—	(249.377)
Contribuições patrocinadora	—	(26.310)	—	—	(44.525)	—
Despesa financeira	(12)	—	(231.394)	—	—	(152.381)
	341.841	(203.269)	(218.698)	(282.554)	(64.530)	4.164

	2024	2023
Benefícios de curto prazo	3.402	7.106
Benefícios pós-emprego	178	189
Outros benefícios de longo prazo	558	—
	4.138	7.295

Prática contábil

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a Companhia. Para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, são relatados apenas os saldos com as partes relacionadas relevantes. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas controladas são eliminados.

NOTA 35 - NOTAS DE CONCILIAÇÃO

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

ATIVO	NOTA	2024		2023		
		REGULATÓRIO	AJUSTE	REGULATÓRIO	AJUSTE	
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.316.829	—	6.316.829	1.027.866	1.027.866
Caixa restrito		31.968	—	31.968	0	0
Títulos e valores mobiliários	8	1.435.575	—	1.435.575	252.052	252.052
Clientes	9	1.270.175	(192.381)	1.077.794	1.263.702	1.071.321
Ativo contratual transmissão	12	—	3.312.194	3.312.194	—	3.347.310
Remuneração de participações societárias		42.531	—	42.531	34.278	34.278
Impostos e Contribuições	10	401.788	3.940	405.728	129.178	129.178
Serviço em curso		447.729	—	447.729	351.094	351.094
Cauções e depósitos vinculados		—	—	—	52.069	52.069
Almoxarifado		139.267	(4.544)	134.723	131.882	127.337
Instrumentos financeiros derivativos	30	224	—	224	—	—
Outros		640.099	(29.628)	610.471	728.886	699.257
		10.726.185	3.089.581	13.815.766	4.482.040	3.124.695
NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Caixa restrito	7	925.132	—	925.132	691.849	691.849
Títulos e valores mobiliários	7	1.259	—	1.259	242	242
Impostos e Contribuições		233.684	—	233.684	224.828	224.828
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	638.901	(638.901)	—	1.028.203	—
Cauções e depósitos vinculados		484.770	—	484.770	622.684	622.684
Ativo contratual transmissão	12	—	17.650.606	17.650.606	—	15.110.254
Instrumentos financeiros derivativos	30	142.788	—	142.788	—	—
Outros		424.764	—	424.764	24.313	24.313
		2.851.298	17.011.705	19.863.003	2.592.119	14.082.051
INVESTIMENTOS	13					
Avaliados por equivalência patrimonial		4.720.399	914.325	5.634.724	4.768.339	852.050
Mantidos a valor justo		17.111	—	17.111	16.882	16.882
		4.737.510	914.325	5.651.835	4.785.221	852.050
IMOBILIZADO	14					
		17.063.729	(13.195.421)	3.868.308	14.882.658	(11.529.283)
INTANGÍVEL	15					
		29.153.078	(923.381)	28.229.697	29.533.664	(921.530)
		53.805.615	3.807.228	57.612.843	51.793.662	2.483.288
TOTAL DO ATIVO		64.531.800	6.896.809	71.428.609	56.275.702	61.883.685

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2024		2023	
		REGULATÓRIO	AJUSTE	REGULATÓRIO	AJUSTE
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	506.515	—	506.515	177.582
Fornecedores	17	622.980	(67.888)	555.092	647.137
Impostos e Contribuições	10	172.580	—	172.580	145.822
Remuneração aos acionistas	20	686.535	—	686.535	373.789
Obrigações com pessoal	22	291.374	—	291.374	428.191
Benefício pós-emprego	22	277.276	—	277.276	270.871
Encargos setoriais	19	268.509	—	268.509	179.782
Obrigações da Lei 14.182/2021		1.201.814	—	1.201.814	886.940
Instrumentos financeiros derivativos	30	343.924	—	343.924	—
Outros		102.191	45	102.236	48.414
		4.473.698	(67.843)	4.405.855	3.158.528
Passivos associados a ativos mantidos para venda	32	—	—	—	—
		4.473.698	(67.843)	4.405.855	3.158.528
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	8.036.470	—	8.036.470	2.870.373
Provisões para litígios	23	3.251.127	—	3.251.127	3.415.279
Benefício pós-emprego	22	2.630.486	—	2.630.486	3.642.214
Obrigações da Lei 14.182/2021		16.251.707	—	16.251.707	15.514.791
Contratos onerosos	21	334.683	—	334.683	484.445
Obrigações de ressarcimento		—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	30	—	—	—	—
Encargos setoriais	19	138.059	—	138.059	228.611
Obrigações vinculadas a concessão		473.529	(383.715)	89.814	466.931
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	1.399.538	1.399.538	695.457
Outros		67.482	208.196	275.678	66.734
		31.183.543	1.224.019	32.407.562	26.689.378
					539.898
					27.229.276
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24	19.370.176	—	19.370.176	19.370.176
Reservas de capital e Instrumentos Patrimoniais Outorgados		4.916.199	—	4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros		3.803.413	9.617.598	13.421.011	3.021.974
Dividendo adicional proposto		—	—	—	—
Prejuízos acumulados		—	—	—	—
Outros resultados abrangentes acumulados		784.772	(3.876.966)	(3.092.194)	(880.553)
Participação de acionistas controladores		28.874.560	5.740.632	34.615.192	26.427.796
					5.135.929
					31.563.725
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.874.560	5.740.632	34.615.192	26.427.796
					5.135.929
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.531.801	6.896.808	71.428.609	56.275.702
					5.607.983
					61.883.685

e) Conciliação da DRE societário e regulatório

	2024	AJUSTE	2024	2023	AJUSTE	2023
	REGULATÓRIO		SOCKETÁRIO	REGULATÓRIO		SOCKETÁRIO
RECEITA/INGRESSO	9.939.214	(335.880)	9.603.334	10.154.088	571.791	10.725.879
Fornecimento de energia elétrica	329.981	—	329.981	875.082	—	875.082
Suprimento de energia elétrica	2.516.848	—	2.516.848	3.237.170	—	3.237.170
Energia elétrica de curto prazo	1.050.292	—	1.050.292	328.535	—	328.535
Disponibilização do sistema de transmissão	6.042.093	(6.042.093)	—	5.713.301	(5.713.301)	—
Receita de operação e manutenção de transmissão	—	2.477.763	2.477.763	—	3.313.875	3.313.875
Receita de construção - geração/transmissão	—	877.356	877.356	—	709.311	709.311
Receita contratual	—	2.276.463	2.276.463	—	2.201.144	2.201.144
Rendas das Prestações de Serviço	—	—	—	—	—	—
Demais Receitas e Rendas	—	74.631	74.631	—	60.762	60.762
TRIBUTOS	(961.096)	—	(961.096)	(1.067.179)	—	(1.067.179)
ICMS	—	—	—	(154.518)	—	(154.518)
PIS/PASEP	(54.330)	—	(54.330)	(162.636)	—	(162.636)
Cofins	(905.653)	—	(905.653)	(749.129)	—	(749.129)
ISS	(1.113)	—	(1.113)	(896)	—	(896)
ENCARGOS	(598.708)	—	(598.708)	(631.214)	—	(631.214)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(83.057)	—	(83.057)	(83.878)	—	(83.878)
Reserva global de reversão - RGR	(34.339)	—	(34.339)	(36.338)	—	(36.338)
Conta desenvolvimento energético - CDE	(149.404)	—	(149.404)	(160.748)	—	(160.748)
Programa de incentivo fontes alternativa E.E. - PROINFA	(71.197)	—	(71.197)	(80.804)	—	(80.804)
Compensação Finan. pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(199.239)	—	(199.239)	(210.518)	—	(210.518)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(61.473)	—	(61.473)	(58.928)	—	(58.928)
RECEITA LÍQUIDA/INGRESSO LÍQUIDO	8.379.410	(335.880)	8.043.530	8.455.695	571.791	9.027.486
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	(1.469.831)	(1.033.841)	(2.503.672)	(1.321.605)	(1.044.917)	(2.366.522)
Energia elétrica comprada para revenda	(284.170)	—	(284.170)	(244.526)	—	(244.526)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(1.185.661)	—	(1.185.661)	(1.077.079)	—	(1.077.079)
Custo de construção	—	(1.033.841)	(1.033.841)	—	(1.044.917)	(1.044.917)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	6.909.578	(1.369.721)	5.539.857	7.134.090	(473.126)	6.660.964
CUSTOS GERENCIÁVEIS	(2.211.386)	2.467.483	256.097	(2.489.382)	344.736	(2.144.646)
Pessoal e administradores	(1.099.557)	—	(1.099.557)	(1.190.573)	87.518	(1.103.055)
Material	(42.702)	—	(42.702)	(43.479)	—	(43.479)
Serviço de terceiros	(430.065)	—	(430.065)	(367.620)	—	(367.620)
Arrendamento e alugueis	(6.068)	(247)	(6.315)	(9.742)	247	(9.495)
Seguros	(14.640)	—	(14.640)	(16.812)	—	(16.812)
Doações, contribuições e subvenções	(29.745)	—	(29.745)	(32.878)	—	(32.878)
Provisões	486.392	(748.820)	(262.428)	149.105	(358.761)	(209.656)
(-) Recuperação de despesas	(4.945)	—	(4.945)	12.169	—	12.169
Tributos	(19.209)	—	(19.209)	(15.071)	—	(15.071)
Depreciação e amortização	(1.009.056)	375.432	(633.624)	(775.967)	374.084	(401.883)
Gastos Diversos	(116.422)	2	(116.420)	(259.276)	302.226	42.950
Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas	74.631	(74.631)	—	60.762	(60.762)	—
Remensurações Regulatórias - Contratos de Transmissão	—	2.915.747	2.915.747	—	184	184
RESULTADO DA ATIVIDADE	4.698.192	1.097.762	5.795.954	4.644.708	(128.390)	4.516.318
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(14.664)	62.275	47.611	45.274	29.607	74.881
RESULTADO FINANCEIRO	(2.860.715)	601.763	(2.258.952)	(1.870.375)	136.086	(1.734.289)
Receitas financeiras	877.455	—	877.455	367.938	—	367.938
Despesas financeiras	(3.738.170)	601.763	(3.136.407)	(2.238.313)	136.086	(2.102.227)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	1.822.813	1.761.800	3.584.613	2.819.607	37.303	2.856.910
IRPJ e CSSL- Corrente	(129.656)	15.655	(114.001)	—	—	—
IRPJ e CSSL- Diferido	(225.444)	(330.561)	(556.005)	(46.290)	(146.392)	(192.682)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.467.713	1.446.894	2.914.607	2.773.317	(109.089)	2.664.228
Resultado por ação - básico e diluído (ON)	26,25		52,13	49,61		31,30

c) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório	2024	2023
Saldos do Patrimônio Líquido Societário	34.615.192	31.563.725
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(5.740.632)	(5.135.929)
Remuneração do ativo da concessão de transmissão (IFRS15)	(26.110.718)	(23.834.256)
Receita de O&M e Receita /Custo de construção (IFRS15)	23.936.166	20.581.047
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	(6.563.136)	(3.647.389)
Ajustes CPC's	5.167	180.484
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	2.276.091	1.922.987
Reavaliação de ativos - RBSE	3.877.093	3.034.772
Ajustes de exercícios anteriores (*)	(3.204.134)	(3.204.134)
Outros resultados regulatórios	42.839	(169.440)
Saldos do Patrimônio Líquido Regulatório	28.874.560	26.427.796

d) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.914.113	2.664.228
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.446.400)	109.089
Atualização do ativo Contratual da concessão (ICPC 01)	410.511	(511.029)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	(2.915.747)	(184)
Depreciação	(375.432)	(374.084)
Custo de construção	1.033.841	1.044.917
Provisões operacionais	749.314	358.761
Resultado financeiro	(601.763)	(136.086)
Ajustes CPC's	245	(389.991)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	314.906	146.392
Equivalência patrimonial regulatória	(62.275)	(29.607)
Lucro líquido regulatório	1.467.713	2.773.317

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as políticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS e a base de preparação das informações contábeis previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento (mensuração e classificação) ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço patrimonial e da demonstração de resultado.

As diferenças entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e nas demonstrações financeiras societárias são como segue

35.1 Ativos financeiros e contratuais de concessão

Na contabilidade societária os contratos de concessão de transmissão geram, desde a fase de construção, direitos de recebimentos, incondicionais ou condicionais, não necessitando aguardar a entrada em operação. Os ativos relativos aos contratos de concessão de transmissão, seguindo os

critérios do CPC 47/IFRS 15, são classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, nas rubricas de ativo contratual, e não no imobilizado, como ocorre na contabilidade regulatória.

Na contabilidade societária, os direitos de recebimentos originados da atividade de transmissão, que não sejam incondicionais, são classificados como ativo de contrato. Na contabilidade regulatória, as práticas mencionadas não são aceitas e os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

35.2 Investimentos

Ajustes de equivalência patrimonial decorrentes do reconhecimento dos contratos de concessão conforme CPC 47/IFRS 15, bem como do imposto de renda e contribuição social diferido pelas controladas da Companhia.

35.3 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da eliminação dos efeitos do CPC 47/IFRS15, que determina a contabilização dos ativos de transmissão como ativo contratual.

35.4 Intangível

Os ajustes são decorrentes da eliminação dos efeitos do CPC 47/IFRS15, que determina a contabilização dos ativos intangíveis de transmissão como ativo contratual.

35.5 Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Na elaboração do balanço societário as obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, por possuírem a vinculação direta com os ativos respectivos, são compensadas com o ativo de contrato e no balanço regulatório são consideradas como passivo não circulante, conforme orientação da ANEEL.

35.6 Outros passivos

O ajuste é decorrente do passivo a descoberto de participação em investimento.

35.7 Patrimônio Líquido

35.7.1 Outros resultados abrangentes

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes da reserva de reavaliação da RBSE, líquida de impostos, contabilizada somente na contabilidade regulatória, como contrapartida do imobilizado.

35.7.2 Reserva de Lucros

Ajustes realizado na reserva de retenção de lucros em decorrência das diferenças entre a apuração do resultado societário e regulatório.

35.7.3 Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes nesta rubrica são necessários em função da distribuição do lucro na contabilidade societária e estão demonstrados na nota de conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

Efeitos no resultado

a) Receita e custo de construção

Os ajustes neste grupo são decorrentes do ativo financeiro na contabilidade societária, em que a receita anual permitida (RAP) é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a

operação e manutenção da rede de transmissão. Os valores ajustados estão detalhados por rubrica na nota de conciliação do lucro líquido societário e regulatório.

b) Outras receitas operacionais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às rendas de prestação de serviços de operação e manutenção e os respectivos tributos devem ser reconhecidos como receitas de atividade não vinculada e apresentados como outras receitas operacionais, redutoras dos custos, conforme técnicas de funcionamento 7.2.186 e 7.2.190 do MCSE.

c) Reclassificação referente a atualização de contingências

Na contabilidade regulatória as atualizações das contingências são contabilizadas como despesa financeira e na contabilidade regulatória são reconhecidas dentro do grupo de provisões.

d) Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

e) Gastos diversos

O valor refere-se a diferença de alíquotas de ICMS em operações interestaduais que na Contabilidade Societária está classificada em tributos e na Regulatória em Gastos Diversos.

f) Despesas financeiras

O ajuste é decorrente da capitalização de custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, conforme CPC 20(R1)/ IAS 23.

g) Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes da diferença de resultado apurado entre a contabilidade societária e regulatória, basicamente em razão da adoção do CPC 47/IFRS 15.

NOTA 36 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2025, a Companhia vendeu os ativos da UTE Camaçari para a Eneva. Esses ativos não tinham valor contábil registrado devido à intenção de desativação ou possível alienação sem valor estimável em 2023.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Varejão de Godoy
Presidente

Renato Costa Santos Carreira
Conselheiro

Eduardo Haiama
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Diretor-Presidente

Jenner Guimarães do Rêgo
Diretor Administrativo-Financeiro

Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino
Diretor de Operação e Manutenção

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Moises Cezar Duarte
Contador
CRC/PE 014051/O-1

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2BB34ECC-1605-4DB5-A21C-3A8FC87433E3

Status: Concluído

Assunto: Chesf 2024 | DFs Regulatórias

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 67

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Rena Adao

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

rena.adao@pwc.com

Endereço IP: 10.104.81.73

Rastreamento de registros

Status: Original

30 de abril de 2025 | 19:36

Portador: Rena Adao

rena.adao@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

30 de abril de 2025 | 22:00

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Helena de Petribu Fraga Rocha

helenarocha@pwc.com

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SyngularID Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura

DocuSigned by:

0C7C0FBD48DF413...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.200

Registro de hora e data

Enviado: 30 de abril de 2025 | 19:38

Visualizado: 30 de abril de 2025 | 21:57

Assinado: 30 de abril de 2025 | 22:00

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Rena Adao

Copiado

Enviado: 30 de abril de 2025 | 22:00

rena.adao@pwc.com

Visualizado: 30 de abril de 2025 | 22:00

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 30 de abril de 2025 | 22:00

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de abril de 2025 19:38
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de abril de 2025 21:57
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de abril de 2025 22:00
Concluído	Segurança verificada	30 de abril de 2025 22:00

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------